



ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ  
GABINETE DO PRESIDENTE

Mensagem nº 015/GP/2022

Nova Mamoré, 26 de abril de 2022.

**DO:** Presidente da Câmara Municipal de Nova Mamoré

**PARA:** Claudio Vasconcelos Vedana – Assistente Jurídico da CMNM

**Assunto:** Parecer quanto ao projeto de lei nº. 044 – GP/2022, apresentada pelo poder executivo por meio da mensagem n. 044/2022 no dia 20/04/2022.

Senhor Assistente Jurídico,

Ao cumprimenta-lo cordialmente, venho por meio do presente, solicitar a emissão de parecer jurídico quanto ao projeto de lei nº. 044 – GP/2022, apresentada pelo poder executivo por meio da mensagem n. 044/2022 no dia 20/04/2022.

O projeto de lei nº.044/2022 de autoria do poder legislativo visa a Criação de vagas de cargo de provimento efetivo e o incorpora à lei municipal nº. 634-GP/2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Poder Executivo do Município de Nova Mamoré e dá outras providencias.

A Criação do Cargo de Provimento efetivo de Técnico ambiental terá 10 vagas com previsão de vencimento no valor de R\$ 2.329,84 carga horário de 40 horas.

Considerando que a justificativa apresentada salienta que a criação do cargo possibilita dar andamento ao enfrentamento das demandas urgentes de área, pois o referido cargo tem um papel fundamental no processo de organização de programas de educação ambiental, conservação e preservação de recursos naturais, redução, recuo e reciclagem.

Esta casa de leis prima pela legalidade e transparência dos processos legislativos por estes fatos solicito a esta assistência jurídica a emissão de parecer quanto ao projeto de lei nº. 044 – GP/2022, apresentada pelo poder executivo por meio da mensagem n. 044/2022 no dia 20/04/2022, para dar prosseguimento a matéria nesta casa de leis.

Sem mais para o momento, reitero votos de estima, consideração e apreço.

Atenciosamente,

**André Luiz Baier**

Presidente da CMNM

*Recebido em:*  
*27/04/2022*  
*[Handwritten signature]*

**Claudio Vasconcelos Vedana**  
Assistente Jurídico  
OAB/RO 8075  
Res. Leg. 015-CMNM/2017